

MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Credenciamento de Organização da Sociedade Civil ou Entidades com ou sem fins lucrativos para a Prestação de Serviço Especializado em Atendimento de Serviço de Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas Famílias

1 - DO OBJETO:

O presente Memorial Descritivo tem por objetivo o credenciamento de Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos especializadas em tratamento de pessoas com a necessidade de reabilitação física e neurológica nas modalidades elencadas no **ANEXO A**, de acordo com os tratamentos propostos a cada paciente, bem como para cumprimento de ordens judiciais ou qualquer outra demanda objeto deste credenciamento, previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.1. Quaisquer esclarecimentos relativos ao presente Credenciamento Públicos e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto serão prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

2 - DA JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com o artigo 196 da Constituição Federal é dever da municipalidade entre outros propiciar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação.

Tendo em vista ainda que o Município seja responsável pela proteção e garantia das pessoas com deficiência, conforme redação do art. 23, inciso II, da Constituição Federal.

2.1. O credenciamento será especificamente para atendimento de pacientes/usuários em tratamentos e serviços de reabilitação com especificidades e técnicas que não fazem parte dos protocolos realizados nos equipamentos públicos da rede de saúde. Diante de todo exposto

formulamos o presente Memorial Descritivo para o credenciamento de Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos especializadas, para que possamos viabilizar a oferta frente às demandas já existentes e possíveis novas demandas para garantia dos direitos, promover autonomia, incluir socialmente, melhorar a qualidade de vida oferecendo atendimento especializado, humanizado, multiprofissional as pessoas com hipótese diagnóstica deficiente intelectual/Múltipla e com Transtorno do Espectro Autista que se enquadrem na faixa etária de 0 a 100 anos e apoio aos familiares.

2.2. Considerando que a Pessoa com deficiência intelectual e/ou com transtorno do espectro autista e suas famílias se encontram mais vulneráveis pelo diagnóstico e que as mesmas devem estar integradas, participando dos serviços organizados em rede.

Considerando o desenvolvimento do conhecimento global do ser humano a partir do conhecimento do seu corpo, ampliando conceitos de higiene e de saúde, descobrindo sua identidade com objetivo de contribuir para sua autonomia e por estar em consonância com o artigo 14 da lei 13.146/2015, que em seu Parágrafo único diz "O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas".

Considerando as instituições capacitadas e especializadas, com conhecimento e equipe técnica habilitada para prestação de serviços dignos as pessoas com deficiência intelectual/múltipla e Transtorno do Espectro Autista e apoio a seus cuidadores e ou familiares.

2.3. As Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos interessadas em participar do credenciamento deverão estar, preferencialmente, instaladas na cidade de Louveira ou em cidades localizadas dentro de um raio de 25 km do município de Louveira, tendo em vista que o objeto do credenciamento será para atendimento de pacientes que apresentam necessidades especiais, mobilidade reduzida, necessidades de alimentação dependente de terceiros, justificando assim que o seu transporte seja realizado em trajetos curtos garantindo a integridade e conforto dos pacientes.

3 - DA METODOLOGIA

- a) As prestações dos serviços serão executadas de segunda a sexta das 07h30min às 17h30min;
- b) Os pacientes serão atendidos mediante encaminhamento médico da Secretaria Municipal da Saúde do município de Louveira;
- c) Integralidade das ações;
- d) Resolubilidade;
- e) Respeito às diferenças;
- f) Garantia de acesso e qualidade de serviços;
- g) Atenção humanizada, centrada nas necessidades das pessoas.

3.1. O tratamento envolve profissionais multidisciplinares, por meio de intervenções psicoeducacionais, orientação familiar, desenvolvimento da linguagem, comunicação e inserção na sociedade. Cada paciente deverá ser avaliado e montado um programa específico a ser seguido, de acordo com suas necessidades.

Prevenção significa a adoção de medidas destinadas a impedir que se produzam deficiências físicas, mentais ou sensoriais (prevenção primária), ou impedir que as deficiências, quando já se produziram, tenham conseqüências físicas, psicológicas e sociais negativas. A reabilitação é um processo de duração limitada e com um objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa deficiente alcance um nível físico, mental e/ou social funcional, proporcionando-lhes assim os meios de modificar a própria vida. Pode incluir medidas destinadas a compensar a perda de uma função ou uma limitação funcional (por meio, por exemplo, de aparelhos) e outras medidas destinadas a facilitar a inserção ou a reinserção social.

A igualdade de oportunidades e o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade - o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e trabalho, a vida cultural e social. Faz-se necessário adotar medidas para detectar o mais cedo possível os sintomas e sinais de deficiência, seguidas imediatamente das medidas paliativo-curativas ou corretoras necessárias que possam evitar a incapacidade, ou pelo menos, produzir reduções significativas da sua gravidade, evitando que se converta, em certos casos, numa condição ao permanente. Para a detecção precoce, é importante assegurar a educação e a orientação adequada das famílias e a prestação de assistência, pelos serviços médicos e sociais, ou seja, reabilitação de maneira geral. A reabilitação inclui a prestação dos seguintes tipos de

serviços, detecção precoce, diagnóstico e intervenção, atendimento e tratamento médicos, assessoramento e assistência social, psicológica e outros, treinamento em atividades de independência, inclusive em aspectos da mobilidade, da comunicação e atividades da vida diária, com os dispositivos que forem necessários, serviços educacionais especializados, serviços de reabilitação profissional e acompanhamento. Ao planejar os programas de reabilitação e de apoio, é essencial levar em conta os costumes e as estruturas das famílias e da comunidade, para fomentar a sua capacidade de resposta às necessidades das pessoas deficientes. Os serviços de reabilitação têm por objetivo facilitar a participação das pessoas deficientes em serviços e atividades habituais da comunidade. A reabilitação deve ocorrer, na maior medida possível, no meio natural, e ser apoiada por serviços localizados na comunidade e por instituições especializadas, deve ser organizada de tal modo que garantam uma reintegração das pessoas deficientes na sociedade. O princípio da igualdade de direitos entre pessoas com e sem deficiência significa que as necessidades de todo indivíduo são de igual importância, e que estas necessidades devem constituir a base do planejamento social, e todos os recursos devem ser empregados de forma a garantir uma oportunidade igual de participação a cada indivíduo. Todas as políticas referentes à deficiência devem assegurar o acesso das pessoas deficientes a todos os serviços da comunidade.

Promover melhoria da qualidade de vida das pessoas com Deficiência intelectual/múltipla e Autista; Corporizar através do Programa "Rede de Apoio" assistência emocional e social a família. Reduzir as dificuldades sensoriais e motoras da pessoa deficiente.

4 - DO PÚBLICO-ALVO:

Pessoas com hipótese diagnóstica de deficiência intelectual e transtorno do espectro autismo com faixa de 0 a 100 anos de ambos os sexos, moradores de Louveira e que tenham cartão cidadão ativo.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

Pessoas que apresentem hipótese diagnóstica de deficiente intelectual/múltipla e/ou transtorno do espectro autismo validada pela neurologista e equipe multidisciplinar.

6 - DAS FORMAS DE ACESSO:

Os usuários serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Louveira pelo Departamento da UAC.

7 - DA MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO:

O sistema do credenciamento traz algumas praticidades à Administração Pública, pois, evidentemente, desburocratiza suas ações com a diminuição do número de procedimentos licitatórios e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Conforme leciona Sônia Y. K. Tanaka (Sistema de Credenciamento, 2003, p. 336) “a vantagem do referido sistema é justamente essa: após a avaliação de toda a documentação encaminhada pelos interessados, estes restarão credenciados junto à Administração Pública, que poderá a qualquer momento e independentemente de qualquer outro procedimento, contratá-los para a prestação dos serviços que se fizerem necessários observados as condições estabelecidas no instrumento convocatório, inclusive o preço”.

Cumprе salientar de antemão que inexistе no ordenamento jurídico pátrio lei específica que trate sobre o sistema do credenciamento. Desta maneira, em um primeiro momento, poderia se questionar se a adoção de tal sistema não esbarraria no Princípio da Legalidade. A resposta é não. Conforme já exposto, a figura do credenciamento é, em verdade, um mecanismo, um sistema para se efetivar uma contratação por inexigibilidade. Portanto, a base legal do credenciamento é justamente o art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Até pouco tempo tinha-se a idéia de que a “inviabilidade de competição” configurava-se apenas quando o objeto ou serviço pretendido só pudesse ser fornecido ou prestado por pessoa única, ou seja, quando apenas um determinado fornecedor, tido como exclusivo, pudesse satisfazer os interesses da Administração. Obviamente tal conclusão não é equivocada, pois é o que expressamente dispõe o inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93.

Entretanto, sugerir que essa é a única interpretação do dispositivo em análise é uma tese ultrapassada.

A interpretação da expressão “inviabilidade de competição”, conforme suscitado, deve ser mais ampla do que a mera idéia de fornecedor exclusivo. Neste contexto, pode-se dizer que a inviabilidade de competição, além da contratação de fornecedor único prevista no inciso I, e, obviamente, além dos casos inseridos nos incisos II e III, pode se dar por contratação de todos, ou seja, nesta hipótese, a inviabilidade de competição não está presente porque existe apenas um

fornecedor, mas sim, porque existem vários prestadores do serviço e todos serão contratados. Nesta esteira vejamos o magistério de Jorge Ulisses Jacoby (Coleção de Direito Público, 2008, p. 538): "Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada à contratação."

E nesse sentido fora a decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União prolatada no processo 016.171/94: "Finalizando, constatamos ter ficado devidamente esclarecido no processo TC 008.797/93-5 que o sistema de credenciamento, quando realizado com a devida cautela, assegurando tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, podendo ser adotado sem licitação amparado no art. 25 da Lei 8.666/93." (Decisão nº 104/1995 – Plenário).

Ressalte-se ainda que em diversas oportunidades o Tribunal de Contas da União adotou o mesmo posicionamento, que, inclusive, foi adotado também pelos Tribunais de Contas Estaduais, podendo-se afirmar, com certeza, que está pacificado o entendimento no sentido da legalidade do sistema de credenciamento.

8 - DO PRAZO: O credenciamento de empresas especializadas em tratamento de pessoas com a necessidade de reabilitação física e neurológica terá vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado nos termos da Lei nº 13.019/2014 e alterações posteriores até o limite de 12 (doze) meses, a critério da Administração, dependendo da conveniência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

A execução contratual se iniciará após a emissão da ordem de serviço.

Demais Organizações da Sociedade Civil e ou Entidades com ou sem fins lucrativos especializadas no atendimento as pessoas com a necessidade de reabilitação física e neurológica poderão credenciar-se a qualquer momento durante o prazo de vigência do credenciamento, desde que atendam os requisitos mínimos constantes neste Memorial Descritivo.

9 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

A prestação de serviço, objeto do presente credenciamento, deverá ser de acordo com as necessidades dos pacientes oriundos da Rede Pública – SUS e de demandas oriundas de ações judiciais, sendo o prazo para iniciar os serviços de 48 horas contados da emissão da ordem de serviço;

Havendo necessidade de prorrogação do Termo de Credenciamento, a Secretaria Municipal de Saúde encaminhará ao departamento competente, todos os documentos necessários para a prorrogação, caso haja interesse das empresas credenciadas, nos termos da Lei 13.019/2014 e suas alterações posteriores, enquanto vigente o credenciamento;

O credenciado deverá manter durante a vigência do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços credenciados deverão ser executados por profissionais especializados, em número suficiente para execução dos serviços sem interrupção dos mesmos, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura do Município de Louveira, sendo de exclusiva responsabilidade do Credenciado as despesas com todos os encargos fiscais e comerciais e todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

O prazo de execução dos serviços credenciado será determinado, conforme prescrição do profissional que indicar e validação do Gestor do Contrato, levando em consideração para fins de **pagamento somente dos serviços efetivamente realizados**.

A Credenciada é obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir de imediato e por sua conta, no total ou em parte, quando se verificarem irregularidades resultantes da execução dos serviços prestados ou não cumprimento das especificações dos serviços previamente estabelecidas.

10.1. Dispor de serviços de reabilitação além da seguinte estrutura física:

- a) Sala de espera com acessibilidade para os pacientes e acompanhantes;
- b) Instalações sanitárias, conforme determinado pela RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002, adaptadas às pessoas com deficiência e ou necessidades especiais e para uso comum;

- c) Manter arquivo de prontuários dos usuários, onde constem todas as anotações pertinentes, como por exemplo: avaliação inicial, avaliações de seguimento, intercorrências, resultados atingidos, relatório de alta etc.;
- d) Manter lista de presença mensal para cada usuário, que deverá ser assinada pelo mesmo ou seu acompanhante na data de seu atendimento;
- e) Receber exclusivamente as pessoas com deficiência física e/ou intelectual encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Louveira.

11 - DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO:

- a) Indicação com diagnóstico e encaminhamento, especificando as necessidades do paciente/conduitas;
- b) Ser avaliado e encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Louveira;
- c) Faixa etária: atender prioritariamente pacientes, com deficiência múltipla.
- d) Ter deficiência física e/ou intelectual.

12 - DOS TRABALHOS A SEREM REALIZADOS:

- a) Desenvolver Projeto Terapêutico individualizado de reabilitação, com objetivos e condutas a serem realizadas;
- b) Realizar reavaliações, pelo profissional que indicou o tratamento a cada 3 (três) meses, com registro em prontuário e envio de Relatório a Secretaria de Saúde para avaliação por fisioterapeutas e médicos;
- c) Realizar discussões de casos, quando necessário;
- d) Apresentar Relatório de Atendimento mensalmente à secretaria Municipal de Saúde de Louveira dos pacientes atendidos no Credenciamento;
- e) Para que esta possa acompanhar, supervisionar e avaliar os serviços prestados, se necessário, em conjunto com a área técnica da saúde da pessoa com deficiência e ou necessidade especial, com vista ao desempenho das atividades com eficácia, eficiência e efetividade e emissão da medição do serviço realizado;
- f) Ao final de 12 meses de atendimento, apresentar Relatório com a evolução funcional de cada pessoa atendida para a Secretaria Municipal de Saúde de Louveira.

13 - DAS TERAPIAS:

a) Atendimento de Psicologia - Atendimento individual e/ou em grupo, utilizando-se além dos procedimentos padrões de Psicologia, técnica de Ludoterapia;

b) Atendimento de Fonoaudiologia - Atendimento individual e/ou em grupo, utilizando-se além dos procedimentos padrões de fonoaudiologia, a técnica de comunicação alternativa e/ou suplementar.

c) Atendimento de Terapia Ocupacional - Atendimento individual e/ou em grupo, utilizando-se além dos procedimentos padrões de terapia ocupacional, a técnica de integração sensorial.

d) Atendimento da Fisioterapia - Atendimento individual e/ou em grupo, utilizando-se além dos procedimentos padrões de fisioterapia, as técnicas de tratamento neuroevolutivo e de Integração Sensorial.

e) Consultas Médicas com Neurologista e/ou Psiquiatra – Triagem, orientações de cuidados (medicação, comportamento e informações sobre a Deficiência), prescrições, Laudos e Relatórios Médicos.

f) Atendimento de Pedagogia – Atendimento individual e/ou em grupo, utilizando-se de atividades lúdicas (jogos e brincadeiras), raciocínio lógico, coordenação motora global e fina, comunicação e linguagem, entre outros.

g) Atendimento de Psicopedagogia – Atendimento individual, dando ênfase aos fatores cognitivos e afetivos, reforçando a importância do contexto escolar no processo de ensino/aprendizagem e apontando as dificuldades como processo de construção do conhecimento. Ofertado prioritariamente àqueles que estão inseridos na Rede regular de Ensino.

h) Atendimento de Educação Física – Atendimento individual e/ou em grupo, utilizando atividades lúdicas, esportivas, recreativas, relaxamento, construção de regras sociais que promovam atitudes de respeito em espaços da comunidade e práticas que desenvolvam habilidades sociais.

i) Grupos Socioeducativos – Atendimento em grupo. Utiliza-se de atividades lúdicas (jogos e brincadeiras), raciocínio lógico, coordenação motora global e fina, comunicação e linguagem, entre outros.

j) Intervenção Analista do Comportamento – As ações dessa Profissional capacitada estão fundamentadas na observação e intervenção diária, de forma individualizada dentro e fora das salas de atendimento, em diferentes contextos de aprendizagem. A mesma elabora e implementa a avaliação comportamental de habilidades e problemas de comportamento, assim como traça

objetivos terapêuticos em conjunto com a equipe técnica; orienta e capacita pais e funcionários para que estejam aptos a realizarem a análise funcional e a implementação dos procedimentos; monitora a implementação dos procedimentos e avalia o progresso dos comportamentos a partir da análise dos dados e redefine os objetivos conforme necessidade.

k) Atendimento de Nutricionista – Avaliação acompanhamento e orientação nutricional para os atendidos, criar e ampliar a inserção de alimentos saudáveis, Avaliação trimestral.

l) Técnico de Enfermagem – Administrar medicamento ao assistido conforme necessidade no período de atendimentos desses. Atender casos de crise quando houver, realizar visitas domiciliares.

m) Atendimentos odontológicos – Avaliação e tratamento odontológico (exceto cirurgias), bem como orientações aos pais e ou responsáveis.

n) Atendimento de TheraSuit-Atendimento para pessoas diagnosticadas com Paralisia Cerebral, Síndrome de Down e /ou outros distúrbios neurológicos, cujo atendimento especializado se dará através do método intensivo do TheraSuit, que propõe novo padrão de tratamento para a Paralisia Cerebral e outros distúrbios neurológicos, durante 1 mês consecutivo, 5 dias da semana, com duração entre 2 a 3 horas.

14 - REPASSE MENSALÓRTESES, PRÓTESES EMATERIAIS ESPECIAIS - OPME:

As Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) são insumos utilizados na assistência à saúde e relacionados a uma intervenção médica, odontológica ou de reabilitação, diagnóstica ou terapêutica. Visando também a garantia de acessibilidade e inclusão social. A aquisição das Órteses, Próteses e Materiais Especiais, deverá seguir todas as legislações vigentes que versem sobre o tema.

A dispensação se dará pela entidade que deverá remeter a Unidade de Avaliação e Controle, a indicação médica, 03 (três) orçamentos, bem como toda documentação que se fizer necessário, após análise da equipe técnica da Secretaria de Saúde, será autorizada a compra, através dos repasses que serão realizados mensalmente, os valores não utilizados deverão ser devolvidos aos cofres públicos no final de cada exercício financeiro.

15 - ETAPAS DA ADMISSÃO:

- a) Realizada pela Equipe Técnica da Assistência, Saúde e Educação.
- b) Porta de Entrada: Encaminhamento médico da Secretaria Municipal de Saúde de Pessoas até 25 anos de idade, residentes em Louveira com Hipótese Diagnóstica de Autismo e com Cartão Cidadão ativo.

Louveira, 28 de janeiro de 2021

Ricardo Barbosa de Souza
Secretário Municipal de Saúde - Interino

ANEXO A

DESCRIPTIVOS E QUANTITATIVOS

Item	Descritivo	Quantidade mensal de vagas e valores de repasse
01	Usuários (atendimentos clínicos e oficinas)	245
02	Usuários (Therasuit)	8

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pelo presente instrumento declaro que fui suficientemente esclarecido (a) pelo (a) (nome completo do médico) sobre os procedimentos (esclarecer quais procedimentos), a que vou me submeter, ou a que vai ser submetido (nome do paciente), do qual sou responsável legal, bem como do diagnóstico, prognóstico, riscos e objetivos do tratamento (discriminar)

Declaro também que fui informado (a) de todos os cuidados e orientações (discriminar) que devo seguir a fim de alcançar o melhor resultado. Estou ciente que o tratamento não se limita ao (colocar o procedimento realizado), sendo que deverei retornar ao consultório ao consultório/hospital nos dias determinados pelo médico, bem como informá-lo imediatamente sobre possíveis alterações/problemas que porventura surgir.

Pelo presente também manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização do procedimento acima descrito.

Local e data

Nome e assinatura do paciente (ou representante legal)

Documento de Identidade

Testemunha

Testemunha